



O *Boletim Policial* e as crônicas-reportagens de João do Rio (1907-1908): diálogos possíveis

Ana Beatriz Lima de Sousa*

SOUSA, A. B. L. de. **O *Boletim Policial* e as crônicas-reportagens de João do Rio (1907-1908): diálogos possíveis.**
História Social, v.19 n. 27/28, 2024, pp. 320-353.
<https://doi.org/10.53000/hs.v19i27/28.5291>

Resumo: Este trabalho estabelece paralelos entre as informações sobre tipos sociais, criminalidade e contravenções na cidade do Rio de Janeiro, entre 1907 e 1908, prestadas pelo *Boletim Policial*, periódico do Gabinete de Identificação e Estatística, e as crônicas-reportagens de João do Rio reunidas nas obras *A alma encantadora das ruas* e *Vida vertiginosa*. Objetiva-se contrapor os discursos sobre os tipos sociais e as visões de crime e delinquência no período posterior às reformas urbanas na capital da República, veiculados pela imprensa de diferentes naturezas – de um lado, um periódico oficial da administração pública, e de outro, as crônicas-reportagens de um dos principais nomes da imprensa carioca na *Belle Époque*.

Palavras-chave: *Belle Époque. Boletim Policial. João do Rio.*

* Ana Beatriz Lima de Sousa, Mestrado em História em andamento pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2024/02254-4.



The Boletim Policial periodical and the chronicle-reports by João do Rio (1907-1908): possible dialogues

Ana Beatriz Lima de Sousa

Abstract: This paper aims to establish parallels between informations about social personas, criminality and contraventions on Rio de Janeiro city, during 1907 and 1908, published by *Boletim Policial*, a periodical by the Brazilian Identification and Statistics Cabinet, and the chronicle-reports from João do Rio reunited on the books *A alma encantadora das ruas* and *Vida vertiginosa*. The main objective is to compare the discourses about social personas and the ideas about crime and misdemeanor during the years after the urban renovation of Rio de Janeiro, on different sorts of press – on one hand, a public administration's periodical, and on the other, the narratives of one of the most important authors in press from Rio's *Belle Époque*.

Keywords: Brazilian *Belle Époque*. *Boletim Policial*. João do Rio.

Introdução

Cafés, boutiques de luxo, teatros, parques, passeios públicos, bondes elétricos e grandiosas construções no estilo *art nouveau*: essa era a principal imagem da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, que estampava os cartões-postais da época, esbanjando modernidade e cosmopolitismo. Essa Paris dos Trópicos, como chamou Jeffrey Needell, em razão da grande influência das reformas haussmannianas na capital francesa, era em seu tempo a grande capital da República brasileira, marcada pela ascensão política de grupos militares e civis, alguns dos setores que estavam um pouco mais distantes dos interesses agroexportadores do Império recém-destronado, e que tinham fortes influências políticas do modelo de desenvolvimento norte-americano.² Em especial a partir dos anos 1890, o Rio de Janeiro tornou-se palco de uma industrialização crescente, o que valorizou o ambiente das cidades, para onde a burguesia se deslocava e passava então a estabelecer o centro de sua vida e atividades.³

A migração das classes abastadas do campo para o ambiente urbano, no entanto, não ocorreu em um vazio demográfico e social. Ao chegar no Rio de Janeiro, a burguesia do período deparou-se com uma cidade multifacetada e de população diversa, cujas lógicas de vida e relações cotidianas eram marcadas por dinâmicas igualmente próprias e plurais. Chama atenção, dentre as principais características da realidade social carioca do período, o grande crescimento populacional, impulsionado pelo fim da escravidão, em 1888, que favoreceu principalmente a migração de ex-cavadores para a capital em busca de trabalho e melhores condições de vida, e a vinda de estrangeiros para trabalhar no Brasil. Segundo Sidney

² Com inspiração na presidência estadunidense, o caso brasileiro visava a liberalização política e econômica, o que é possível notar pela própria Constituição de 1891 e pelo modelo de organização federalista. Sobre o assunto, ver mais em duas obras: VISCARDI, Cláudia. **Unidos perderemos:** a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: Editora CRV, 2020; e VISCARDI, Cláudia. **O Teatro das Oligarquias:** uma revisão da “Política do Café com Leite”. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

³ NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical:** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Chalhoub, a demografia da cidade aumentava em cerca de 250 mil pessoas a cada 20 anos, e já no início do século XX, era a população mais numerosa do país, com 811.443 habitantes em meados de 1906, única cidade no Brasil a então ultrapassar o marco de meio milhão de habitantes.⁴ Além disso, o Rio de Janeiro era o maior centro comercial brasileiro, sede das principais casas bancárias e polarizador da economia nacional. Sendo também um centro cosmopolita, possuía contato com a produção cultural estrangeira, especialmente em comércio com europeus e norte-americanos.⁵

Por outro lado, as condições de vida da população destoavam muito dessa ideia de modernidade em ebulição. Boa parte dos trabalhadores cariocas vivia nos antigos casarões coloniais no centro, transformados em pensões, cujos quartos eram alugados a preços mais baixos, tal como os cortiços, estalagens e outras formas de moradia popular. O espaço era apertado, sempre cheio de pessoas e marcado por suas práticas cotidianas, a exemplo de roupas estendidas em varais e penduradas em sacadas, animais de criação dividindo o mesmo ambiente, cozinhas coletivas, entre outras características da vida pública, como tendas e quiosques nas calçadas com vendas de bilhetes de loterias, jogos de apostas e ambulantes circulando pelas ruas, comumente sujas, uma vez que muitas dessas áreas centrais não possuíam sistema de esgoto e descarte correto de lixo.

Nesse cenário, as estruturas da capital, que ainda muito remetiam às lógicas coloniais, passaram a soar anacrônicas diante das demandas dos novos tempos e da burguesia urbana, além do grande medo das epidemias, como de febre amarela e varíola, que já tinham histórico na cidade. Por fim, somavam-se as suspeitas em relação à população de negros e mestiços recém-libertos, temidos por europeus comerciantes e pela elite branca, e associados às crises políticas e sanitárias do país. Para que a vida na capital se alinhasse aos objetivos políticos e econômicos da República, era preciso, então, dar fim a esse aspecto tido como insalubre e atrasado,

⁴ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores na Belle Époque. 3 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012, p. 43-44.

⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 40.

o que permitiria alinhar o Brasil às maiores conquistas e novidades que já figuravam entre o considerado mundo civilizado. Acompanhar o progresso era, portanto, juntar-se aos padrões europeus admirados, o que suscitava uma completa remodelação dos hábitos, costumes e da vida cotidiana da população carioca, a começar pela própria cidade, que sofreu uma série de reformas urbanas a partir de 1902, conferindo-lhe uma nova identidade.⁶

Em 1904, foi inaugurada a Avenida Central, seguida pela promulgação da lei da vacina obrigatória, dois dos vários fatores que marcaram a fase de transfiguração da cidade e seus costumes, a inserção compulsória do Rio de Janeiro na *Belle Époque*.⁷ Seguiu-se um processo de demolição dos casarões do centro, expulsando a população pobre deste ambiente, agora com novas ruas mais alargadas, praças e jardins, com um toque decorativo à vida urbana, no estilo parisiense. Junto do bota-abixo de Pereira Passos, como ficou conhecido o processo, houve uma profunda negação dos elementos populares, condenando os hábitos e costumes tradicionais. Segundo Sevcenko,

A expressão “regeneração” é por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana. O mármore dos novos palacetes representava simultaneamente uma lápide dos velhos tempos e uma placa votiva ao futuro da nova civilização. [...]

⁶ As reformas empreendidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro foram inspiradas nas obras de Haussmann durante as reformas de Paris, motivo pelo qual a historiografia frequentemente se refere ao Rio de Janeiro da *Belle Époque* como a Paris Tropical. Dentre as maiores mudanças, são notáveis as reformas nos portos, o alargamento e calçamento das ruas, a construção da Avenida Central, a ligação entre as ruas do centro e os subúrbios, a inauguração de praças e jardins e o embelezamento de prédios e fachadas no estilo *art nouveau*. Os esforços de embelezamento da capital, no entanto, ocorreram às custas do bota-abixo e do forte controle dos costumes populares, em uma inserção compulsória do Rio de Janeiro nas modas e valores europeus. Sobre o assunto, ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; NEEDELL, Jeffrey. *Op. cit.*; NEGREIROS, Carmen (Org.). **Belle Époque**: a cidade e as experiências da modernidade. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 52-53. O autor estudou também a política sanitária do período e as implicações da violenta vacina obrigatória. Sobre o tema, ver mais em SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

Para o cronista Gil, era essa remodelação urbana, e não o Grito do Ipiranga, que marcava a nossa definitiva redenção da situação colonial.⁸

A questão da regeneração é um importante aspecto pois, no âmbito da mentalidade, a reconstrução da capital simbolizava também o combate ao estigma do brasileiro preguiçoso, e a valorização do trabalho passou a ocupar um espaço central no novo discurso político burguês, que empenhava-se em lidar com a transição e inserção da mão de obra livre assalariada nas relações de trabalho do pós-abolição, de modo que aplicou-se grande esforço para difundir a ideia de trabalho enquanto um valor virtuoso e supremo, crucial para uma civilização pautada em ordem e progresso. Disso resultou uma forte perseguição à vadiagem e intensa política de caça aos mendigos, a fim de eliminar pedintes, indigentes, ebrios, prostitutas e vagabundos das ruas recém-reformadas da capital, além da proibição de diversos comportamentos populares típicos, como os jogos de loterias e apostas, beber em público, criar animais na cidade e possuir vendas de calçada, com o objetivo de coibir costumes que destoassem da identidade da *Belle Époque*, pautada no glamour, refinamento e nos valores civilizatórios da burguesia europeia.⁹

Deste modo, a preocupação com a segurança pública alavancava-se, especialmente na porção central do Rio e de repressão direcionada à parcela menos favorecida da sociedade carioca, uma vez que, como aponta Chalhoub, em um contexto cujo objetivo era incutir a mentalidade do trabalho como algo positivo, a pobreza era associada à ausência de virtude, ócio e delinquência, e levaria o sujeito aos vícios, preguiça e uma maior probabilidade de desenvolver comportamentos perigosos.¹⁰ Segundo

⁸ *Ibid.*, p. 43-44.

⁹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 22.

¹⁰ Idem. Chalhoub aponta que, desde o fim do século XIX, mas em especial após as reformas urbanas, “classes pobres” tornou-se praticamente um sinônimo para “classes perigosas” no imaginário social das elites, em razão do entendimento de que o bom cidadão deveria ter gosto pelo trabalho e pelo hábito de poupar. Portanto, a pobreza era justificada como fruto dos supostos vícios

Castel,¹¹ o estereótipo da figura de vadios e vagabundos originou-se de um problema social muito maior, relacionado ao incômodo da burguesia dirigente com as classes livres pobres, que estavam no meio da sociedade escravista, as quais, não sendo nem senhores e nem escravizados, eram em maioria excluídos e viviam do trabalho ocasional.

O mais provável é que a maior parte deles represente o que hoje chamaríamos de desempregados subqualificados em busca, de modo mais ou menos convincente, de um emprego. É claro que, para falar de desemprego *stricto sensu*, será preciso esperar que estejam reunidas as condições constitutivas da relação salarial moderna, no início do século XX. No entanto, o fato é que já existem desde antes [...] situações de não-ocupação resultantes de uma organização do sistema produtivo baseada na atribuição do trabalho e não na liberdade do trabalho. A vagabundagem representa a situação limite dessas situações.¹²

Assim, aumentavam os interesses das elites em efetivar mecanismos de controle, ao passo que se desenvolvia certa paranoíta em relação à criminalidade, terreno fértil para alimentar técnicas de conhecimento policial acerca de criminosos, suspeitos e pessoas potencialmente perigosas, além de acirrar os serviços das instituições policiais e a repressão social no cotidiano urbano.

A criação do Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro, primeiro em 1894, e depois com seu restabelecimento em 1900, marcou esse período de forte interesse no controle social. A instituição foi responsável pela identificação antropométrica e datiloscópica¹³ em

inatos e maus costumes de uma parcela da população estereotipada como ociosa e vagabunda, que era culpada por suas próprias condições de vida, em especial pela herança escravista, e que, por esses motivos, tinha tendências naturais à criminalidade, tornando-a naturalmente perigosa. Essa mentalidade justifica também a obsessão por reprimir a vadiagem e mendicância durante o período.

¹¹ CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

¹² Idem, p. 129-130.

¹³ A antropometria, desenvolvida pelo francês Alphonse Bertillon, com base nos estudos do médico higienista italiano Cesare Lombroso, foi um sistema de identificação baseado em medições

fichas criminais de todas as pessoas que passavam pelas delegacias dos 28 distritos policiais da capital, bem como a movimentação das principais casas de detenção da época,¹⁴ além de registrar e organizar dados, notícias e informações sobre criminalidade e contravenção locais, e realizar intercâmbio de saberes da polícia com outros estados brasileiros e nações parceiras, como Argentina, Espanha, Portugal e Itália.

Com a reforma policial de 1907, foi instituída como uma das obrigações do Gabinete a publicação mensal do *Boletim Policial*, periódico de distribuição gratuita, dividido em duas partes: a oficial, que visava relatar as atividades desenvolvidas pelo Gabinete e pelo Chefe de Polícia no mês anterior ao de redação, reunindo informações de todas as filiais e expondo quantitativamente a relação de pessoas com passagem pelas delegacias; e a outra doutrinária, que publicava uma diversidade de estudos sobre questões relacionadas à criminalística e antropologia criminal, notícias sobre investigações e julgamentos, informações médico-legais, novidades da polícia estrangeira, artigos de especialistas sobre o trabalho policial e seus aparatos técnico-científicos, instruções e conselhos para a atividade policial, bem como alguns dos feitos mais notórios do corpo policial do Rio de Janeiro, além de constantemente estabelecer diálogo com notícias publicadas nos principais jornais da imprensa informativa.¹⁵

corporais a fim de registrar e reconhecer o tipo físico das pessoas com passagem pela polícia. Era realizada uma série de medidas anatômicas específicas, juntamente das fotografias de frente e perfil e da minuciosa descrição física do sujeito, em consonância com a ideia de que o tipo físico e biológico influenciava no histórico criminal. Por sua vez, a datiloscopia, desenvolvida pelo argentino Juan Vucetich, baseia-se na coleta de impressões digitais para o registro e identificação criminal de uma pessoa. Devido à sua eficiência e precisão, foi rapidamente adotada pelas polícias latino-americanas e europeias, e substituiu a antropometria já nas primeiras décadas do século XX. Sobre o assunto, ver mais em: GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes, vigilantes modernos:** circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2012.

¹⁴ O Gabinete foi responsável por registrar a movimentação de detentos, como entradas, saídas e transferências, nos xadrezes das delegacias policiais, na Casa de Detenção, Casa de Correção, Colônia Correcional dos Dois Rios e Depósito de Presos.

¹⁵ Brasil. Decreto N° 6.440, de 30 de março de 1907. Dá novo regulamento para o Serviço Policial do Distrito Federal. Rio de Janeiro.

Isso demonstra interesse, por parte dos órgãos oficiais, em se fazer conhecer pela população carioca e difundir a mentalidade da instituição, especialmente por exaltar os feitos policiais no Distrito Federal, uma tentativa de corroborar para o entendimento de que a ordem era um valor supremo, e não se mediriam esforços para mantê-la.

Tanto na parte noticiosa como nas estatísticas, o *Boletim Policial* comentou com grande frequência questões cotidianas de crime e lei, a exemplo da seção “Relatórios”, que trazia mensalmente inquéritos ocorridos em alguns dos distritos policiais e seus julgamentos. Além disso, publicava com frequência artigos nacionais e estrangeiros a respeito da identificação criminal, que discutiam sobre os tipos sociais e a influência biológica na delinquência, e veiculou também notícias, estudos de casos e decretos que buscavam resolver algumas das mazelas da cidade, como a questão dos menores infratores, mendicância e imigrantes criminosos, por exemplo. Por meio desse conteúdo, é possível identificar a visão das autoridades do Rio de Janeiro a respeito das classes populares, e o projeto de repressão social no início do século XX.

O objetivo deste artigo é estabelecer diálogo entre *Boletim Policial* e imprensa carioca ao utilizar do material estatístico e do conteúdo sobre as classes populares publicados no *Boletim* como fonte para contrapor a realidade social, segundo o discurso oficial, àquela descrita nas crônicas-reportagens de João do Rio, sendo, em *A alma encantadora das ruas*, os textos “Os que começam”, “As mulheres mendigas” e “A Galeria Superior”, e em *Vida vertiginosa*, “Modern Girls” e “O trabalho e os parasitas”. A escolha de ambas as obras se deu pela possibilidade de explorar três temas em específico: mendicância, prisão e infância abandonada. Assim, trata-se de contrapor discursos de diferentes naturezas a respeito dessas questões, publicados no período imediatamente posterior às reformas urbanas, bem como questionar as representações da realidade veiculadas por cada um dos locutores.

A escrita encantadora e vertiginosa de João do Rio

Figura absolutamente imprescindível para a imprensa do início do século XX, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, ou João do Rio, como se consagrou, escreveu para os principais jornais e revistas de seu tempo. O grande diferencial do autor, que além do jornalismo dedicou-se à produção de contos, romances e dramaturgia, foi sua profunda imersão no cotidiano social do Rio de Janeiro, tendo a cidade moderna e suas infinitas possibilidades como principal matéria-prima de seus escritos. Tomando o ato de flanar como arte, que o próprio autor definiu como “ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem”,¹⁶ João do Rio inaugurou uma escrita jornalística em contato direto com a cidade e seus mais diversos grupos sociais, unindo o registro jornalístico ao fazer literário. Assim, o olhar afiado de repórter, que ia em busca de novos conteúdos, junto da sensibilidade e inventividade, resultou numa escrita que muitas vezes torna difícil distinguir onde se encerra o jornalismo e inicia a literatura em suas crônicas-reportagens.¹⁷

Segundo Virgínia Camilotti,¹⁸ a obra de João do Rio é fundamentalmente marcada pela dualidade, da descrição do mundo da elite ao mundo dos miseráveis, do documental ao inventivo e do jornalismo à literatura, de modo que o autor assume em seu tempo uma dupla natureza, a de escritor-jornalista, “que não vê inferioridade a superar, pois não constata superioridade. O que há é a necessidade para o jornalista de capturar as formas inusitadas de vida, indiciárias de transmutação de valores, e para o escritor-literato, [...] a necessidade de incitar essa transmutação”.¹⁹ Assim, a crônica, em sua hibridez,²⁰ aparece como gênero privilegiado para as séries

¹⁶ RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Educação, 1995, p. 5.

¹⁷ DEALTRY, Giovanna. Introdução: *Vida vertiginosa*, um livro em movimento. RIO, João do. **Vida vertiginosa**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021, p. 23.

¹⁸ CAMILOTTI, Virgínia Célia. **João do Rio**: ideias sem lugar. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 25.

¹⁹ Idem, p. 100-101.

²⁰ Sobre isso, ver mais em ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: **Enigma e comentário**: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51-66.

realizadas pelo autor no início do século XX, quando explorou as ruas cariocas em um trabalho de narrativa e registro, que por um lado, teve caráter jornalístico, mas por outro, não deixou de inserir elementos de prosa e ficção naquelas histórias contadas. Como apontou Renato Cordeiro Gomes,

João do Rio criou a crônica moderna a partir de sua experiência como repórter, em diálogo com uma gama variada de autores, dentre os quais podemos destacar Oscar Wilde e Jean Lorrain. De qualquer forma, o escritor carioca elaborou um personagem complexo; ora travestido com a máscara do jornalista investigativo, ora narrador distanciado, cético diante de qualquer atitude desinteressada do ser humano. Em muitas das crônicas, narradas em primeira pessoa, ele surge também como personagem. [...] No jogo de máscaras, João do Rio faz-se desencantado, irônico, apaixonado, neurótico, saudoso, cínico, em consonância com a nova cidade, igualmente plural. Cria-se em seus textos uma cidade-caleidoscópio modelada pelos passos e pela observação do cronista, interessado tanto em fixar as últimas imagens da cidade antiga como os efeitos da modernidade sobre os indivíduos. A crônica surge como forma ideal para essa finalidade.²¹

O diálogo, presente em inúmeros de seus textos, é um dos recursos utilizados para construir a narrativa, que abre espaço para retratar diversos tipos sociais do período, desde as madames e cocottes da alta sociedade, aos mendigos, operários, barqueiros, andarilhos, pedintes e presos, ao mesmo tempo que é utilizado enquanto recurso de conexão com o leitor e dinamização da história narrada. Como definiu Camilotti,²² as crônicas-reportagens de João do Rio visavam necessariamente serem lidas pelo público dos jornais, para quem eram escritas, de modo que recursos narrativos e a própria subjetividade do cronista narrador frequentemente intervinham em um texto que buscava, mais do que ser um registro verídico das andanças e da investigação pelas ruas cariocas, conectar-se

²¹ GOMES, Renato Cordeiro: João do Rio: o artista, o repórter e o artifício à entrada de uma modernidade periférica. In: **João do Rio**. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 11-12.

²² CAMILOTTI, Virgínia Célia, *Op. cit.*, p. 105.

com aqueles que o leriam, resultando numa obra que mesclava elementos ficcionais a respeito de situações colocadas como reais. Desta forma,

[...] O oferecimento de uma descrição da cidade, no interior de uma narrativa do “movimento” do próprio narrador por ela, não deixa dúvidas de que o objetivo de João do Rio é garantir, com o seu relato, pelo menos a princípio, a produção de um efeito de veracidade sobre o que diz ver e descrever. [...] [Mas] é nos liames com a ficcionalidade, nos pontos de contato, nas aproximações e afastamentos quase concomitantes que se busca apreender essas cidades-crônicas ou crônicas da cidade.²³

Nas palavras de João do Rio, na crônica que abre *Vida vertiginosa*, trata-se, subitamente, da Era do Automóvel, que irrompeu nas velhas ruas do Rio de Janeiro, trazendo consigo, num ritmo estonteante, a transfiguração da vida e seus costumes, criando uma época veloz e vertiginosa. Por outro lado, longe do Rio dos *chauffeurs*, havia também uma outra cidade, dentro da metrópole, como relatou o autor em “Os livres acampamentos da miséria”, ao visitar as habitações do Morro de Santo Antônio. Uma cidade de operários, vendedores, apanhadores, bandidos, mulheres perdidas e tomadas, quase todos eles sob a suspeita da polícia, que vigiava a metrópole, o Rio principal, contra aqueles que vinham dessa cidade excluída, dos morros e habitações. Daí surgiram os mais diversos tipos, sobre os quais João do Rio, no início do século, se interessou por escrever,²⁴ e sobre os quais se busca versar neste trabalho.

²³ Idem, p. 110.

²⁴ Alguns autores classificam a obra de João do Rio em duas fases, sendo a primeira marcada pela denúncia social e o profundo envolvimento com a rua e a diversidade do Rio de Janeiro, resultando em séries de crônicas-reportagens como *As religiões do Rio* e *A alma encantadora das ruas*. Já a segunda foi marcada pelo período em que o autor atingiu maior notoriedade e se inseriu em espaços mais glamourizados, passando a se interessar menos pelas ruas e pelo Rio popular, e voltar-se mais para o *grand monde*, a vida elegante carioca e o registro da alta sociedade, para quem escrevia sobre teatro, festas e moda em colunas de grandes jornais. GOMES, Renato Cordeiro. *Op. cit.*, p. 39-40.

Repressão sem idade: questões de prisão e menoridade

Em 1907, na primeira edição do *Boletim Policial*, o então Chefe de Polícia, Alfredo Pinto Vieira de Mello, abriu o periódico relatando suas atividades no cargo recém-assumido. De imediato, havia tomado importante decisão para um problema que considerava alarmante: a fundação de um depósito de menores, como chamou, na Repartição Central de Polícia, responsável por abrigar provisoriamente as crianças abandonadas ou vadias recolhidas das ruas,²⁵ que, após autorização dos Juízes de Órfãos, seriam internadas em institutos de formação, como a Escola Correcional XV de Novembro e a Escola de Aprendizes Marinheiros. Desta instituição provisória surgiu o Asilo de Menores Abandonados, que quase um ano depois, em abril de 1908, criou uma ala dedicada ao abrigo de meninas.²⁶

Mello relatou que poucos entre os menores recolhidos no Asilo apresentavam anormalidades psíquicas ou físicas, então considerados fatores biologicamente determinantes para o desvio do caráter. Apesar de não deixar de levá-los em conta, o Chefe de Polícia acreditava que a origem do crime e da vadiagem entre os menores era, em maioria, um produto do meio social, modificador da índole das crianças. Este foi um dos motivos fundamentais para a criação do Asilo, pois na edição de estreia da revista, Mello condenou o procedimento até então vigente de levar os garotos que eram pegos pela polícia à Casa de Detenção, onde conviviam com a promiscuidade de criminosos adultos.

A questão havia sido denunciada dois anos antes por João do Rio, em “A Galeria Superior”, texto publicado na *Gazeta de Notícias*, por ocasião de sua visita no local, que contava com 238 presos, detidos pelos mais diversos motivos, “desde os defloradores de senhoras de dezoito

²⁵ Sobre a questão da menoridade no início do século XX, ver: VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se adivinha:** polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

²⁶ **Boletim Policial**, ano 1, n. 1, maio de 1907, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN), p. 3; **Boletim Policial**, ano 2, n. 2, junho de 1908, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN), p. 13.

anos até os ladrões assassinos”.²⁷ Entre a descrição das celas abarrotadas, os hábitos dos detentos e suas súplicas, o autor chama atenção para os tipos sociais ali encontrados, que o chocaram por sua diversidade:

Encontro ao lado de respeitáveis assassinos, de gatunos conhecidos, na tropa lamentável dos recidivos, crianças ingênuas, rapazes do comércio, vendedores de jornais, uma enorme quantidade de seres que o desleixo das pretorias torna criminosos. Quase todos estão inclusos, ou no artigo 393 (crime de vadiagem), ou no 313 (ofensas físicas). Os primeiros não podem ficar presos mais de trinta dias, os segundos, sendo menores, mais de sete meses. Os processos, porém, não dão custas, e as pretorias deixam dormir em paz a formação da culpa, enquanto na indolência dos cubículos, no contato do crime, rapazes, dias antes honestos, fazem o mais completo curso de delitos e infâncias de que há memória. Chega a revoltar a inconsciência com que a sociedade esmaga as criaturas desamparadas. Nessa enorme galeria, onde uma eterna luz lívida espalha um vago horror, vejo caixeiros portugueses com o lápis atrás da orelha, os olhos cheios de angústia; italianos vendedores de jornais, encolhidos; garçons de *restaurant*; operários, entre as caras cínicas dos *pivetes* reincidentes e os porqueiros do vício que são os chefes dos cubículos.²⁸

Do trabalhador ao assassino, sem poupar a criança, o autor descreve estarem encarcerados na mesma cela autores de crimes graves e pessoas que haviam cometido delitos muito mais relacionados à preocupação com a ordem pública durante a *Belle Époque*, como o caso da vadiagem, em que muitos eram presos por serem vistos vagando, apesar de não serem desempregados. João do Rio denuncia que não era incomum encontrar pessoas presas por pormenores, minúsculas inconveniências na vida cotidiana, a exemplo de dois homens que falavam um pouco mais alto em uma discussão na volta do trabalho, ou o que bateu com uma correia na mão de um filho de delegado.

²⁷ RIO, João do. **A alma encantadora das ruas.** *Op. cit.*, p. 145.

²⁸ *Ibid.*, p. 146.

De acordo com os dados publicados na seção de estatísticas do *Boletim Policial*, entre 1907 e 1908, a grande maioria de pessoas presas por crimes cometem o que era qualificado pelo periódico como delitos contra a segurança da pessoa e da vida, referindo-se aos crimes que resultavam em ofensas físicas, especialmente causando lesões corporais em outras pessoas. Entre os contraventores, prevalecia o delito de vadiagem, também com média muito acima das outras contravenções que resultaram em prisões, como narrado por João do Rio, ainda em 1905. Tendo em vista estes dados oficiais, o caso apresentava números muito semelhantes entre dois e três anos depois.

Tabela 1: Relação das prisões por criminalidade entre 1907 e 1908

Crime cometido	1907	1908	TOTAL
Contra a segurança interna da República	24	76	100
Contra o livre exercício e gozo dos direitos individuais	20	26	46
Contra a fé pública	6	21	27
Contra a honra, honestidade e ultraje ao pudor	77	281	358
Contra a segurança da pessoa e da vida	453	2.045	2.498
Contra a propriedade pública e particular	124	494	618
Contra a pessoa e a propriedade	45	86	131
Outros	92	28	120
TOTAL	841	3.057	3.898

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2: Relação das prisões por contravenções entre 1907 e 1908

Contravenção cometida	1907	1908	TOTAL
Jogo	113	359	472
Uso de armas	18	97	115
Mendicidade	29	21	50
Embriaguez	290	197	487
Embriaguez e vadiagem	94	27	121
Vadiagem	2.273	1.851	4.124
Vadiagem reincidente	87	28	115
Capoeiragem	81	101	182
Outros	28	7	35
TOTAL	3.013	2.688	5.701

Fonte: Elaboração própria.

Como indicado nas Tabelas 1 e 2, em 1907 ocorreram 841 prisões de criminosos, das quais 453 foram em razão de ofensas físicas, correspondendo a 53,86% do total. Vale ressaltar que houve falha no relatório dos dados por parte do periódico, cujas informações eram organizadas por trimestres. Em 1907, o *Boletim* deixou de publicar, por razões não informadas, os dados referentes aos criminosos presos no segundo e no quarto trimestres do ano, o que indica que, na realidade, o número pode ter sido bem maior – quase o dobro, se a quantidade de prisões seguiu os mesmos padrões do primeiro e do terceiro trimestres. Em 1908, com a publicação completa das informações, o número de detenções em razão de ofensas físicas disparou: dentre as 3.057 prisões por crimes ao longo de todo o ano, 2.045 foram apenas por crimes contra a segurança da pessoa e da vida, equivalentes a 66,89% do número total.

Nas contravenções, os números são ainda maiores. Em 1907, 3.013 contraventores foram presos, dos quais 2.273 foram enquadrados como

vadios: 75,44% das prisões por contravenções. No ano seguinte, houve novamente falha na publicação das estatísticas do segundo trimestre, cujos números não foram incluídos, mas o total se manteve alto, com 2.688 prisões, sendo 1.851 somente por vadiagem, 68,86% de um todo que, caso estivesse completo, poderia ser bem mais alto.

Assim, no intervalo de dois anos, a polícia do Rio de Janeiro prendeu pelo menos 9.599 pessoas, um número elevado, especialmente levando-se em conta que, se conhecidos os dados referentes aos três trimestres cujas informações foram perdidas, supõe-se que seria quase o dobro. Somando-se os dados de 1907 aos de 1908, obtém-se que, nesses dois anos, ao menos 2.498 indivíduos foram acusados de cometer o crime de ofensa física, e 4.124 de vadiagem, totalizando 6.622 pessoas, o equivalente a 69% das prisões, ocorridas por uma entre apenas duas razões. Ao se analisarem esses números, é de se desconfiar que boa parte das pessoas encarceradas haviam sido pegas na dinâmica de sua vida cotidiana, talvez sem o objetivo de cometer um crime, mas levadas ainda assim em razão das relações de autoridade e dos estereótipos sociais em voga no período, que aumentavam em muito as preocupações com a ordem e o reconhecimento de potenciais delinquentes para que passassem pelo processo de regeneração social.

Este infortúnio, na visão de João do Rio, era comum entre os trabalhadores pobres, presos com frequência, enquanto verdadeiros bandidos e desordeiros jamais chegavam a ser levados às delegacias.²⁹ Como relata em “Mulheres detentas”, também de *A alma encantadora das ruas*, as encarceradas seguiam esse mesmo perfil comum, e eram presas

²⁹ Sobre isso, João do Rio denuncia que “Há na nossa sociedade moços valentes, cujo *sport* preferido é provocar desordens: diariamente, senhores respeitáveis atacam-se a sopapo; jornalistas velho-gênero ameaçam de vez em quando pelas gazetas, falando de chicote e de pau a propósito de problemas sociais ou estéticos, inteiramente opostos a esses aviltantes instrumentos de razão bárbara. Nem os moços valentes, nem os senhores respeitáveis, nem os jornalistas vão sequer à delegacia. Os desprotegidos da sorte, trabalhadores humildes, entram para a detenção com razões ainda menos fundadas.”. Idem, p. 147.

por coisas fúteis, coisas que cometem diariamente até à cólera final dos inspetores tolerantes ou a vingança de algum soldadinho apaixonado. São moradoras do Morro da Favela, das ruelas próximas ao quartel general, dos becos que deságumam no Largo da Lapa, das Ruas da Conceição, S. Jorge e Núncio. Quase sempre brigavam por causa de uma “tentação” que tentava e pretendia satisfazer as duas. Outras atiraram-se à cara dos apaixonados num desespero de bebedeira.³⁰

Nota-se que, assim como nos casos masculinos, trata-se principalmente de um controle dos comportamentos sociais considerados inadequados àquela sociedade em transformação e europeização de seus costumes. A inserção compulsória do Rio de Janeiro nas tradições da *Belle Époque* teve seus reflexos não apenas nas grandes reformas e no bota-abixo, mas também no intenso movimento de controle, policiamento e repressão social das classes populares, consideradas como não adequadas ao novo mundo que se tentava construir, de avenidas, bulevares, carros e bondes elétricos. João do Rio defendia que, em consequência disso, criava-se um novo problema, pois essas pessoas, que chegavam ao presídio honestas, recebiam ali verdadeiras aulas de malfeitoria:

A detenção é a escola de todas as perdições e de todas as degenerescências. O ócio dos cubículos é preenchido pelas lições de roubo, pelas perversões do instinto, pelas histórias exageradas e mentirosas. Um negro, assassino e gatuno, pertencente a qualquer quadrilha de ladrões, perde um cubículo inteiro, inventando crimes para impressionar, imaginando armas de asas de lata, criando jogos, armando rolos. Oito dias depois de dar entrada numa dessas prisões, as pobres vítimas da justiça, quase sempre espíritos incultos, sabem a técnica e o palavreado dos chicanistas de porta de xadrez para iludir o júri, leem com avidez as notícias de crimes romantizados pelos repórteres e o pavor da pena é o mais intenso sugestionador da reincidência. Não há um ladrão que, interrogado sobre as origens da vocação, não responda: “Onde aprendi? foi aqui mesmo, no cubículo”. Recolhida à

³⁰ Idem, p. 166.

sombra, nesse venenoso jardim, onde desabrocham todos os delírios, todas as nevroses, é certo que a criança sem apoio lá fora, hostilizada brutalmente pela sorte, acabará voltando.³¹

Segundo essa lógica, a preocupação com a reincidência, que as autoridades tentavam combater com a educação ao trabalho, que serviria para a regeneração da moral, estaria muito mais ligada aos hábitos e à convivência no interior da prisão após uma detenção injusta, pois esses trabalhadores e meninos, em contato com verdadeiros criminosos, viriam a tornar-se também infratores, com maiores chances de serem presos novamente, desta vez tendo cometido crimes reais. Especificamente uma criança, trancafiada com ladrões, assassinos e estupradores, encerra de forma dramática a crônica: quando João do Rio lhe pergunta o que deseja, o menino logo responde que quer uma faca. Seja para se proteger, seja para adentrar de vez a vida da delinquência, a emblemática fala é utilizada como recurso narrativo para levar o argumento defendido pelo autor às últimas consequências, uma vez que se utiliza da figura de uma criança, comumente tida como sinônimo de pureza, como representação de sua crítica, provocando no leitor comoção em torno da ideia de que a prisão corrompe e transforma em malfeiteiros pessoas que haviam sido injustamente detidas.

O autor aborda a questão novamente em “Os que começam”, crônica que discute a exploração de crianças e adolescentes na mendicância. Para João do Rio, que diz ter interrogado 96 garotos, envolver a menoridade na vida de pedinte era ainda mais deplorável que a própria mendicância em si, visto que homens e mulheres adultas o fazem para si mesmos, enquanto crianças eram coagidas pelos pais a sustentar suas famílias por meio da súplica nas sarjetas. Segundo o autor, era possível encontrar crianças mendigas de todos os tipos, desde aquelas obrigadas a serem comparsas de seus pais, às que eram deixadas à própria sorte para conseguir dinheiro.

³¹ Idem, p. 147.

Há no Rio um número considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrofulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarros, crias de famílias necessitadas, simples vagabundos à espera de complacências escabrosas, um mundo vário, o olhar de crime, o broto das árvores que irão obumbrar as galerias da detenção, todo um exército de desbriados e de bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade à cata do pão para os exploradores.³²

Em sua visão, iniciar os jovens no hábito de pedir abriria caminhos para uma vida desviante e criminosa, formando futuros vadios, gatunos e prostitutas, o verdadeiro escopo de delinquentes que viria habitar as casas de detenção dentro de alguns anos. Isso porque, desde já, aprendiam a arte da malandragem, conheciam a atividade policial e buscavam sempre meios de se safar dela, além de que, acostumados com o dinheiro alheio, cresceriam avessos à ideia de trabalhar: “deem-lhe um emprego e rejeitará, inutilizado pela vida de sarjeta, de desbrio, de inconsciente sem-vergonhice a que o forçou o pai”.³³ Trata-se, para o autor, de uma indústria da exploração infantil, diante da qual, em sua visão, a polícia fazia vista grossa:

Esse bando [de crianças pedintes exploradas], porém, é evidentemente defeituoso; ganha dinheiro, como se estivesse empregado para sustentar a família. Há o outro, o maior, o infundável, que a polícia parece ignorar, a exploração capaz de emocionar os delegados nos dramalhões, a indústria da esmola infantil exercida por um grupo de matronas indignas e de homens criminosos, as criancinhas implumes, piolhentas e sujas, que saem para a rua às varadas, obrigadas ao sustento de casas inteiras; há a exploração lenta, que ensina os pequenos a roubar e as meninas a se prostituírem; o caftismo disfarçado, que espanca, maltrata e extorque. É um vasto tremedal a que a retórica sentimental nada adianta, cujo mal a segurança pública não quer remediar. Basta ter a simples curiosidade para

³² Idem, p. 131.

³³ Idem, p. 132.

mergulhar nesse caleidoscópio infinito de cenas torturantes de uma mesma ação, basta parar a uma esquina e ouvir a narração dessas tragédias vulgares e de fácil remédio.³⁴

Ao retornar novamente para a Tabela 2, é possível notar que a quantidade de pessoas presas por mendicância nos anos analisados, segundo as estatísticas publicadas pelo *Boletim Policial*, é ínfima, e passa despercebida quando comparada com a contravenção de vadiagem. Diante disso, apresentam-se três possibilidades: a questão da mendicância poderia ser menos considerada pela polícia, como argumentou João do Rio; a preocupação com a vadiagem era tão maior que acabava enquadrando boa parte das pessoas capturadas nas ruas como vadias; ou, por fim, a questão da mendicância, em especial a infantil, pode ter sido um problema que João do Rio escolheu enfatizar, mas não tão socialmente relevante quanto retratado por ele. As duas primeiras proposições têm algum sentido ao se levar em consideração que, quando o Chefe de Polícia anunciou a criação do Asilo de Menores Abandonados, demonstrou preocupação em amparar e tratar da infância vadia, abandonada pela família e, por isso, tendenciosa a um futuro delinquente, mas sem nunca mencionar a questão dos menores pedintes no Rio de Janeiro, o que, por sua vez, pode dar também alguma credibilidade à terceira proposição.

Em maio de 1908, o *Boletim Policial* publicou matéria sobre a questão da menoridade, e salientou a importância de retirar crianças de lares problemáticos e tendenciosos ao crime para que fossem regeneradas ainda muito jovens, em instituições correacionais e educativas, e assim não seguissem o legado de suas famílias.³⁵ No entanto, mencionou-se apenas a questão dos menores vagabundos e criminosos, sem tratar da mendicância. Isso, em conjunto com os números exorbitantes de presos por vadiagem – que incluíam menores de 15 anos –, torna plausível a ideia de uma generalização de pessoas recolhidas pela polícia em torno do

³⁴ Idem, p. 133.

³⁵ **Boletim Policial**, ano 2, n. 1, maio de 1908, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN), p. 21-22.

estereótipo do vadio. Segundo Boris Fausto, essa generalização começava já na formação da ideia dos tipos sociais tendenciosos a cada delito:

A hipótese [que norteava a ação da polícia] é de que a massa de vadíos era formada por uma população destituída, predominantemente nacional, onde era possível encontrar um número significativo de pretos e mulatos, marginalizados das atividades econômicas, pois a vadiagem predominava aos brasileiros, enquanto o crime de embriaguez e desordem eram atribuídos aos estrangeiros.³⁶

De todo modo, a questão da mendicância e da vida pedinte não foi ignorada por João do Rio, que as explorou profundamente em ambas as obras estudadas, nas quais o autor escreveu sobre mendigos que conheceu e diversos casos cotidianos das ruas, como analisado a seguir.

Mendigos e prostitutas pelo Rio de Janeiro

Abrindo o segundo ano de publicação do *Boletim*, Mello discutiu sobre a necessidade de ampliação do Asilo São Francisco de Assis, abrigo para indigentes e mendigos, instituição vista como um braço auxiliar da repressão à mendicidade, que era considerada incompatível com o grau de cultura carioca.³⁷ Inspirado no modelo inglês, pretendia-se que o Asilo funcionasse como uma *workhouse*, dividindo aqueles recolhidos das ruas em pavilhões de trabalho segundo idade, aptidão e estado físico, além de permitir que pessoas pedissem moradia temporária em troca de trabalho. A reabilitação social por meio do trabalho era empregada em praticamente todas as prisões da cidade, especialmente na Colônia Correcional dos Dois Rios, organizada como uma pequena cidade, movida e abastecida pelo trabalho dos detentos.³⁸

³⁶ FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 45.

³⁷ **Boletim Policial**, ano 2, n. 1, *op. cit.*, p. 23-24.

³⁸ Idem.

A questão da mendicância foi retratada no *Boletim Policial* como um abuso da caridade pública por parte de pessoas que viviam de esmolas mesmo em aptidão para trabalhar. Essa imagem do pedinte enquanto aquele que escolhe a vida fácil foi comum também em diversas crônicas de João do Rio, como em “O trabalho e os parasitas”, que narra o encontro do autor com um velho conhecido, já preso algumas vezes por seu histórico de gatunagem. Ao encontrar João do Rio, o homem anunciou que arranjou uma nova profissão, a de pedinte, que declara estar em alta: “é comum, é mais que comum, é como o jogo do bicho. Outrora eram citados dois ou três sujeitos que, tendo feito promessas de viver honestamente sem trabalhar, viviam a morder. [...] Conheço tipos desde os elegantes até os mal-arranjados, que não querem outro emprego”.³⁹ O próprio João do Rio parecia concordar com isso, para quem, como afirmado também em outra ocasião, em “As mulheres mendigas”,

A mendicidade é a exploração mais regular, mais tranquila desta cidade. Pedir, exclusivamente pedir, sem ambição aparente e sem vergonha, assim à beira da estrada da vida, parece o mais rendoso ofício de quantos tenham aparecido; e a própria miséria, no que ela tem de doloroso e de pungente, sofre com essa exploração. É preciso estudar a sociedade complicada e diversa dos que pedem esmola, adivinhar até onde vai a verdade e até onde chega a malandrice, para compreender como a polícia descura o agasalho da invalidez e a toleima incauta dos que dão esmolas.⁴⁰

A ocupação de pedinte, ou mordedor, como dizia a gíria popular do período, chegava a render uma média de vinte mil-réis por dia, conforme o relato do ex-gatuno. Segundo ele, diferente do ato de roubar, a mendicância renderia um dinheiro honesto, sem violência, dado de bom grado por um caridoso que acreditasse em uma das diversas possibilidades

³⁹ RIO, João do. **Vida vertiginosa**. *Op. cit.*, p. 228. “Morder” era uma gíria utilizada na época para o ato de pedir dinheiro.

⁴⁰ RIO, João do. **A encantadora alma das ruas**. *Op. cit.*, p. 125.

de abordagem dos pedintes, que podiam explorar a sensibilidade ou a vergonha de seus alvos.

Em “As mulheres mendigas”, João do Rio tenta desmascarar o que considerava ser os truques e falsas histórias das mulheres que eram frequentemente vistas mendigando pela cidade. Para o autor, elas eram mais bem-sucedidas na arte de pedir por serem mais espertas que os homens, e só não inventavam mentiras e truques quando eram verdadeiramente miseráveis. Em suas observações, as mulheres mendigas vinham de todas as classes e tipos. Saíam de casa às 6 da manhã e ouviam a missa, logo em seguida prostrando-se na porta das igrejas para pedir esmolas aos religiosos que chegavam e saíam das missas seguintes. Após o almoço, costumavam peregrinar por bondes ou de porta em porta para completar os ganhos do dia, não sendo incomum que pedissem também durante a noite. O autor afirma que nenhuma voltava para casa sem ter feito ao menos mil-réis no dia, e algumas até faturavam bilhetes de bondes para arcar com a viagem.

Dentre os truques apontados como comuns, estavam o da falsa viúva ou de falsa moléstia, como a cegueira, ou a história de doentes ou mesmo defuntos na família, que ainda não haviam sido enterrados por falta de dinheiro, e constantemente levavam crianças para as andanças diárias. Como aponta o autor,

Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas por *caftens*, cegas que veem admiravelmente bem, chaguetas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas, e uma série de mulheres perdidas cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça. Nos pontos dos bondes, pelas ruas, guiadas sempre por crianças de faces inexpressivas, vemos tristes criaturas com as mãos estendidas, mastigando desejos para a nossa salvação, com a ajuda de Deus. Há a Antônia Maria, a Zulmira, a viúva Justina, a d. Ambrosina, a excelente e anafada tia Josefa; umas magras, amparadas aos bordões, chorando humildades; outras gordas, movendo a mole do corpo com tremidinhos de creme. As portas das igrejas param, indagam quem entra, a ver se a missa é de gente rica; postam-se nas escadarias, agachadas,

salmodiando funerariamente, olhando com rancor os mendigos — negros roídos de alcoolismo, velhos a tremer de sífilis. A lista dessas senhoras é interminável, e há entre elas, negócios à parte, uma interessante sociabilidade. Cada uma tem o seu bairro a explorar, a sua igreja, o seu ponto livre de incômodos imprevistos. Quando aparece alguma neófita, olham-na furiosas e martirizam-na como nas escolas aos estudantes calouros.⁴¹

Por outro lado, João do Rio argumenta que as verdadeiras mendigas, que viviam nos morros ou mesmo dormiam nas praças, andavam com úlceras e feridas, sujas e humilhadas, contentavam-se com poucos trocados, um pouco de comida ou mesmo um copo de bebida alcoólica. Simultaneamente, a falsa miséria era um empreendimento, como a questão dos *caftens*, homens que negociavam com mulheres para mendigar e ficavam com uma porcentagem do dinheiro obtido. Segundo João do Rio, esse caso em específico facilmente escalonava para a prostituição de meninas, tema explorado em “Modern girls”, em que João do Rio denuncia como a rápida transformação da sociedade moderna implicou também em sua perversão, que cada vez mais sujeitava meninas, das pobres às filhas da burguesia, ambiciosas por luxo, ao vício e degeneração. Em sua perspectiva, a miséria das grandes cidades levava cada vez mais as jovens às ruas, onde facilmente caíam nas malhas da prostituição infantil, muitas vezes oferecidas e negociadas por suas próprias mães. Discretamente, “há cavalheiros que fazem de colecionar crianças um *sport* tranquilo. A cidade tem mesmo, não uma só, mas muitas casas publicamente secretas, frequentadas por meninas dos doze aos dezesseis anos”⁴². São as *modern girls*, mais um tipo social da metrópole moderna.

Ainda pior do que a questão da mendicância, a prostituição infantil foi um tema nulo entre as páginas do *Boletim Policial* no período imediatamente posterior às reformas urbanas. Entre 1907 e 1908, a prostituição no Rio de Janeiro foi mencionada enquanto um problema

⁴¹ *Ibid.*, p. 126.

⁴² RIO, João do. **Vida vertiginosa**. *Op. cit.*, p. 113.

apenas três vezes, sendo a primeira logo na estreia do periódico, na seção escrita pelo Chefe de Polícia, que relatou estar coibindo o que chamou de prostituição escandalosa, possivelmente referindo-se às prostitutas que ficavam em locais públicos e às grandes movimentações em torno das casas de prostituição, especialmente no centro da cidade.⁴³ Assim, é possível notar que João do Rio escolheu retratar questões que considerava importantes e necessárias de se enfatizar, tendo em vista suas próprias ideias a respeito da justiça social, mas não necessariamente pareciam estar no topo dos interesses da polícia carioca, com base em seus relatos no *Boletim Policial*.

Por exemplo, em julho de 1908, o periódico noticiou a participação do Gabinete de Identificação e Estatística em uma conferência francesa que visava combater o tráfico de mulheres, voltado justamente para a prostituição, pretendendo-se adotar uma lei para tal, que envolvia um plano de comunicação internacional. Além disso, a mesma edição publicou que a legislação brasileira passaria a proibir que prostitutas mantivessem crianças em suas casas, ainda que fossem seus filhos e a residência não funcionasse como prostíbulo.⁴⁴ No entanto, não mencionava o que aconteceria com as crianças, permitindo pensar que a lei, voltada para a moralização da infância, poderia contribuir ainda mais com a incidência de menores abandonados, que por sua vez teriam chances mais altas de se voltarem à mendicância e prostituição, como argumentado por João do Rio, que pensava a denúncia social com base naquilo que reportava ver em suas andanças.

Já a preocupação maior das autoridades parecia ser a moralização e higienização em torno da questão, o que ficou explícito também nas discussões a respeito da disseminação de doenças nas casas de prostituição. O *Boletim* publicou, entre o fim de 1908 e o início de 1909, notícias argentinas a respeito dos esforços para controle das prostitutas doentes,

⁴³ *Boletim Policial*, ano 1, n. 1, *op. cit.*, p. 6.

⁴⁴ *Boletim Policial*, ano 2, n. 3, julho de 1908, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN), p. 122.

em que discutia-se a regulamentação da atividade e a vigilância dos prostíbulos. Propunha-se um registro geral da prostituição por meio do sistema datiloscópico, que contaria com o exame de doenças sexualmente transmissíveis no momento do registro, mas que, ao menos até o fim de 1909, não voltou a ser discutido.⁴⁵

Assim, tanto a questão da mendicidade como da prostituição, em especial a prostituição infantil, aparecem como questões relegadas a um segundo plano nas publicações do *Boletim*, mas denunciadas com frequência nas crônicas-reportagens de João do Rio, que abordavam o cotidiano social do Rio de Janeiro, mas também eram preenchidas por sua opinião e subjetividade. Por outro lado, a questão da vadiagem, extremamente combatida pelas autoridades, gerando um número alto de prisões por um único motivo, apareceu com pouquíssima frequência nos textos do autor, que se interessou muito mais por pensar o caso dos pedintes, talvez porque demonstrava um grande desejo de compreender e retratar o que havia de mais sincero e mundano nas ruas cariocas, de modo a enfatizar o trágico, o chocante, a miséria e a imoralidade daquela sociedade em transformação.

Como apontou José Murilo de Carvalho, os impactos das transformações sociais a partir do fim do século XIX, como a abolição da escravidão e a proclamação da República, foram sentidos muito mais intensamente no Rio de Janeiro, por se tratar da capital, cidade mais populosa do Brasil e centro cosmopolita e cultural em que vivia a elite dirigente.⁴⁶ Assim, a preocupação em relação à segurança pública, aos costumes e à proteção das classes abastadas⁴⁷ direcionou a atividade policial em

⁴⁵ **Boletim Policial**, ano 2, n. 9, janeiro de 1909, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN), p. 361.

⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 16.

⁴⁷ Thomas Holloway comprehende que, no Brasil, a criação de uma polícia institucionalizada, burocrática e de ação padronizada remonta do início do século XIX, com a chegada da Corte portuguesa no Rio, em 1808, e foi crucial na formação do Brasil-nação. Em maio do mesmo ano, foi instalado o Gabinete da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, e, um ano depois, a Guarda Real de Polícia, que vigorou até 1831 como órgão mais militarizado, cuja função primária foi de manter sob controle a criminalidade e os habitantes da capital por um aparato já de

determinados rumos, o que resultou no reforço de estereótipos como o do vadio, herdado especialmente da sociedade escravista, e a maior perseguição a esses tipos sociais, que, na vertigem da metrópole, expulsos de suas antigas casas, sem trabalho formal e constantemente perseguidos pela polícia, encontravam como alternativa à sua sobrevivência atividades subalternas, como a mendicância e a prostituição, que lhes conferiam então o título de degenerados. Trata-se, portanto, de dois pontos de vista distintos – um com base nas pautas e interesses oficiais, outro que buscava nas ruas uma matéria jornalística, mas também inventiva – acerca desta faceta da sociedade carioca.

Considerações finais

Andando pelo Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, buscando compartilhar com os leitores o que vivenciava, num período em que o peso do jornalismo literário ainda se mostrava maior que o do jornalismo descritivo, João do Rio observou, conheceu e escreveu a respeito de alguns dos diversos tipos sociais cariocas. Nesse período, também conhecido como sua primeira fase, movido pela denúncia social e pela crítica à realidade em transformação, o autor extravasou o universo da crônica e inaugurou o jornalismo investigativo, tendo a rua como espaço e campo de trabalho, representada por ele como o símbolo fundamental da vida moderna. Assim, em suas crônicas-reportagens, então um gênero novo na imprensa brasileira, versava sobre os momentos vividos na rua, abrindo espaço à cultura popular, à miséria, aos locais sórdidos e insalubres da cidade, que tentavam apagar e sufocar a todo custo. Como apontou Antonio Cândido, João do Rio, de modo mais ou menos semelhante a

ares repressores. Para Holloway, o policiamento no Brasil se estabeleceu como força hierarquizada, coercitiva, disciplinadora e voltada a alvos específicos: os que violavam regras de comportamento e segurança estabelecidas pelo poder dominante, tratando-se de uma instituição para proteger as classes dirigentes e elites. HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

Lima Barreto, apontava para a ferida que a ostentação da burguesia carioca tanto se esforçava para esconder.⁴⁸

Nos textos considerados, pertencentes às obras *A alma encantadora das ruas* e *Vida vertiginosa*, embora muitas vezes o discurso do autor tenha se assemelhado àquele predominante, que condenava os pedintes e reproduzia estereótipos sobre vagabundos e vadios, João do Rio escreveu sobre um Rio de Janeiro subversivo, ou o outro Rio, para além do centro reformado, o Rio dos cais, portos e periferias, habitado por mendigos, vadios, prostitutas, criminosos e prisioneiros. Como apontou Camilotti, o autor promoveu seu tempo como um tempo de decadência, de mudança vertiginosa, e por isso tentou capturar as diversas formas de vida no cotidiano da cidade, num lugar de narrativa e registro, mas também de ficcionalidade:

João do Rio posa para si mesmo. Inventa personagens e neles também se traveste, tanto para compartilhar emoções envolvidas nos acontecimentos quanto para deles participar. Se ele entrevista criminosos no cárcere, [...] escreve por seus entrevistados as suas memórias, fazendo-se passar por eles. [...] Por fim, incorporava personagens fictícios em trabalhos que, em princípio, apresentavam-se como descrições de fatos reais – suas crônicas são permeadas dessas figuras. O que João do Rio parecia buscar com esses procedimentos era uma produção que se colocasse além dos limites claramente discerníveis entre jornalismo e literatura fornecidos pela crítica. E, dessa forma, interpenetrava os campos não exclusivamente a partir dessas técnicas, mas também a partir do que afirmava.⁴⁹

A leitura deste material permite a comparação e a análise crítica de fontes oficiais a respeito da mesma temática, como é o caso do *Boletim Policial*, periódico estruturado a partir de informações fornecidas pelo serviço de polícia da capital e escrito e organizado pelo diretor do Gabinete de Identificação e Estatística e pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal,

⁴⁸ CANDIDO, Antonio. Radical de opinião. In: **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 83-94.

⁴⁹ CAMILOTTI, Virgínia Célia. *Op. cit.*, p. 131-132.

além de artigos externos selecionados no processo de editoração, que faziam parte do discurso embasado por essas autoridades. Vale ressaltar que, em razão de suas posições de poder, o conteúdo publicado dialoga com a mentalidade predominante das classes dirigentes e do projeto político de policiamento e repressão, que se interessava por controlar e ordenar a população mais pobre em um Rio de Janeiro efervescente, que além das inúmeras transformações sociais e políticas, também se adaptava a uma lógica capitalista de trabalho livre e assalariado, diante de uma população cuja ideia de trabalho era ainda muito associada ao cativeiro.⁵⁰

Assim, entende-se que o conteúdo veiculado em um periódico policial como o *Boletim* emprega narrativas que justificam ao leitor a prática policial como uma resposta ao caráter da criminalidade brasileira.⁵¹ No entanto, trata-se, assim como em qualquer material publicado na imprensa, de uma série de escolhas por parte do narrador que resultam num discurso alinhado às suas crenças e visões, além da mensagem que deseja passar ao leitor daquele impresso.⁵² Ao se comparar o conteúdo das crônicas-reportagens de João do Rio aos dados e ao discurso publicado no *Boletim Policial*, é possível observar que muitas vezes o cronista e o periódico

⁵⁰ Segundo Kowarick, isso se deu em razão das lógicas de trabalho da sociedade escravista, cuja herança ainda se fazia muito forte no imaginário social. “Inaptos para o trabalho regular e organizado, considerados vadios, aceitar o trabalho sob ordens significava para a população nacional, aceitar condições semelhantes às do cativeiro. Os nacionais livres e libertos afundaram-se na miséria itinerante e sem destino. Preferiam isso às regras de domínio sofridas pelos escravizados. Na vida errante, esse contingente utilizava dos recursos naturais para a subsistência, mas eram abandonados quando os senhores englobavam as áreas ocupadas às suas propriedades, expulsando-o para zonas mais longínquas. Daí a mendicância e indigência de um povo de várias origens e matizes, ferrado pela desclassificação social produzida por uma sociedade que a riqueza e poder se estruturava no trabalho cativeiro”. KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 110-111.

⁵¹ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto**: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro (1927-1942). Rio de Janeiro: AN, 2002, p. 208.

⁵² LUCA, Tania Regina de. A História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. Luca comprehende que nada do que está presente em um periódico é fruto do acaso: desde a impressão, a qualidade e o tipo do papel, a tinta, o emprego ou não de cores e letras maiores ou menores, até o conteúdo nele veiculado e a maneira como o faz, contam a história deste material. Em especial no que diz respeito ao conteúdo, o mesmo é capaz de revelar também as intenções norteadoras de cada publicação.

divergem e, em outras vezes, convergem a respeito de diferentes temáticas, e mesmo quando coincidem, possuem diferentes objetivos ao escrever, pois trata-se de discursos de naturezas distintas. Enquanto o *Boletim* era um periódico oficial, com fins de relatar as atividades policiais e informar sobre a manutenção da ordem, publicando dados, estatísticas e notícias que afirmassem a eficiência da atividade policial, João do Rio buscava narrar, de modo convincente ao leitor, aquilo que mais lhe chamava atenção nas andanças por diversos pontos da cidade.

Assim, o autor deu ênfase à questão da mendicidade, além de denunciar o abuso de menores nas ruas e a prisão de trabalhadores em razão de pequenas infrações às regras sociais do período, compartilhando com o leitor o que considerava ser fundamental a partir da sua experiência nas ruas. Em contraposição, o *Boletim* demonstrou se preocupar muito mais com o problema da vadiagem, e segundo os dados prisionais veiculados, levava a crer que a mendicidade parecia ser um problema não muito expressivo, que gerava poucas detenções anualmente, possibilitando a visualização de alguns dos interesses da polícia carioca em torno da repressão e do controle social, que pareciam se centrar muito mais em torno do estereótipo do vadio, além do profundo interesse pela regeneração de delinquentes, criminosos, vagabundos e pessoas consideradas pré-dispostas ao delito.

Portanto, o *Boletim Policial* contribui para a compreensão da visão dos órgãos oficiais em torno da ordem e dos mais diversificados tipos sociais que habitavam o Rio de Janeiro no período pós-reformas, muitas vezes generalizados enquanto vadíos. Por outro lado, levar em consideração a obra de João do Rio é pensar a crônica deste mesmo cotidiano social, apresentado por um outro viés, mais subjetivo e literário:

[...] o literato nada conhece ou dá a conhecer. Oferece apenas poesia do que vê e experimenta na cidade, cravando na retina do leitor as impressões, as sensações e os traumatismos que a cidade lhe causou. Eis, então, a própria decadência, ou sua crônica, reportada no que se supõe “real”: [...] é a subjetividade travestida de crônica.⁵³

⁵³ CAMILOTTI, Virginia Célia, *Op. cit.*, p. 140-141.

Assim, a contraposição dos materiais buscou meios de se pensar o modo como as questões sociais e a multiplicidade do Rio de Janeiro moderno foram colocadas em pauta, tendo em vista os diferentes grupos sociais e as classes menos favorecidas da população, que se diferenciavam muito da porção da cidade em que se erguia a Avenida Central e sua movimentação grandiloquente, berço de uma nova fase das elites brasileiras.

Referências

Fontes

Brasil. Decreto N° 6.440, de 30 de março de 1907. Dá novo regulamento para o Serviço Policial do Distrito Federal. Rio de Janeiro.

Boletim Policial, ano 1, n. 1, maio de 1907, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN).

Boletim Policial, ano 1, n. 2, junho de 1907, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN).

Boletim Policial, ano 2, n. 1, maio de 1908, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN).

Boletim Policial, ano 2, n. 2, junho de 1908, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN).

Boletim Policial, ano 2, n. 3, julho de 1908, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN).

Boletim Policial, ano 2, n. 9, janeiro de 1909, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Hemeroteca Digital (BN).

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Educação, 1995.

RIO, João do. *Vida vertiginosa*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

Bibliografia

- ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. *In: Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51-66.
- CAMILOTTI, Virgínia Célia. *João do Rio: ideias sem lugar*. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- CANDIDO, Antônio. Radical de opinião. *In: Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores na Belle Époque*. 3 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942)*. Rio de Janeiro: AN, 2002.
- DEALTRY, Giovanna. Introdução: *Vida vertiginosa*, um livro em movimento. RIO, João do. *Vida vertiginosa*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- GALEANO, Diego. *Crinosos viajantes, vigilantes modernos: circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2012.
- GOMES, Renato Cordeiro: João do Rio: o artista, o repórter e o artifício à entrada de uma modernidade periférica. *In: João do Rio*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e radiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LUCA, Tania Regina de. A História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEGREIROS, Carmen (Org.). *Belle Époque: a cidade e as experiências da modernidade*. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “Política do Café com Leite”*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

VISCARDI, Cláudia. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

Enviado em: 29/07/2024

Aceito em: 20/02/2025